

O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964.¹

*Rafael Moraes
Mestre em Economia pela UFRGS*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma investigação acerca das relações entre o governo João Goulart e o empresariado industrial, com o intuito de encontrar fatores que auxiliem na explicação das ações econômicas deste governo e seus resultados insatisfatórios. Parte-se da hipótese de que o simples suposto de inabilidade do presidente, ou um teórico comportamento errático de seu governo, como sugere a literatura tradicional, não são suficientes para explicar o período. Os dados apurados nos levam a conclusão de que o governo Goulart se manteve coerente ao longo de todo o período com um programa de governo de viés estruturalista, que esbarrava, no entanto, na discordância das classes industriais, cujo apoio seria fundamental para sua implementação exitosa.

Palavras chaves: Governo João Goulart, empresariado industrial, crise, reformas.

ABSTRACT

This work is an analysis about the relationship between the government of João Goulart and industrial businessmen, in order to find there factors that explain economic actions of this government and its unsatisfactory results. It starts with the simple hypothesis that the alleged inability of the President, or a theoretical erratic behavior of his government, as suggested by the traditional literature, is not sufficient to explain the period. The data lead us to the conclusion that the Goulart government remains consistent throughout the period with a government program of structuralist bias that is complicated, however, for a disagreement with the industrial classes, whose support was crucial to its successful implementation.

Área 2: História Econômica
Classificação JEL: N0, N16.

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir das pesquisas realizadas para elaboração da dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do professor Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca. Ao professor Pedro, agradeço ainda pela revisão deste artigo, ressaltando sua total isenção diante de quaisquer erros ou omissões que porventura tenham permanecido.

O governo João Goulart e o empresariado industrial: uma abordagem alternativa da história econômica do período de 1961 a 1964.

Introdução

O período de que trata o presente trabalho – setembro de 1961 a março de 1964 – compreende o governo liderado pelo presidente João Belchior Marques Goulart, que pode ser dividido em duas fases: parlamentarista e presidencialista. O mesmo inicia-se sob forte tensão política após a renúncia do presidente eleito em 1960, Jânio Quadros. A relutância de setores militares em aceitar a posse constitucional do vice-presidente João Goulart, obriga-o a assumir a presidência com poderes reduzidos, diante da instauração, às pressas, de regime parlamentarista. Tal regime permanece até janeiro de 1963 quando em plebiscito é decidido o retorno ao presidencialismo. Assim, após três gabinetes parlamentaristas – Tancredo Neves (PSD/MG – 09/61-06/62), Francisco Brochado da Rocha (PSD/RS – 07/62-09/62) e Hermes Lima (PTB/GB - 09/62-01/63) – o presidente João Goulart assume o comando do país, com plenos poderes, em 24 de janeiro de 1963. Em 1º de abril de 1964, um golpe de Estado liderado pelas Forças Armadas Nacionais depõe o presidente Goulart, encerrando este conturbado período.

Na área econômica, os anos aqui estudados constituem parte de um interregno entre o sucesso do Plano de Metas (1955-1960) e o áureo período do “Milagre Econômico” (1968-1973), sendo marcado por grave crise. O Produto Interno Bruto (PIB), que nos seis anos anteriores (1956-1961) havia crescido em média 8,2% ao ano, cresceu de 1962 até 1964, em média 2,6% ao ano. Por seu turno, a inflação, medida pelo IGP-FGV que havia registrado aumento de 28,7% em 1960 elevou-se para mais de 90% em 1964, tendo sido reduzida para 28,4%, apenas em 1967.

Outra característica marcante da crise econômica vivida no período foi o descontrole das contas pública e externa. Neste sentido, a existência de déficits em transações correntes, que remontavam à década de 1950, apresentava forte empecilho à continuidade do processo de desenvolvimento do País, pois impossibilitava a ampliação das importações de bens-de-capital e de insumos à indústria nacional. Por seu turno, a necessidade de constantes apelos a empréstimos internacionais, visando a sanar a escassez de divisas do país, o tornava cada vez mais dependente de seus credores externos, e cada vez mais submisso a estes, no que tange à elaboração de sua políticas econômicas. Durante os anos do período abordado, o país só apresentou superávits em transações correntes em 1964, devido, principalmente, à redução das importações, consequência do desaquecimento do mercado interno. Durante todo o governo Goulart, no entanto, a ocorrência de sucessivos déficits correntes contribuiu para ampliar o desequilíbrio das contas externas.

Nas contas internas, o Governo Central apresentou déficit durante todo o período. Durante os cinco anos do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, tal déficit havia ficado próximo de 2% do PIB, nos anos do Governo Goulart, o mesmo alcançou a faixa de 4% do PIB, para recuar até uma média de 1,5% nos anos Castelo Branco (RESENDE, 1982, p. 781).

Diante deste quadro fez-se latente a percepção de que o crescimento da economia poderia ser retomado somente se uma série de ajustes e reformas fosse realizada. A partir desta constatação não é difícil entender a razão pela qual o governo de João Goulart esteve durante toda a sua existência, envolto em medidas e projetos de contenção de crises políticas e econômicas. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, apresentado por João Goulart em 1963 e o programa de “Reformas de Base” discutido durante todo o período constituem-se nos arquétipos melhor estruturados das ações e projetos deste governo. O insucesso destas medidas, e consequentemente do governo, em estancar, ou ao menos frear, as crises política e econômica, deflagraram o trágico fim de 1º de abril de 1964.

O rápido êxito dos governos militares em conter o processo inflacionário e retomar o crescimento da economia nacional ajudou a consagrar entre os analistas do período a tese de que teria sido o governo João Goulart inepto, ineficiente, confuso e irregular dentre uma série de outros adjetivos, que explicariam sua dificuldade em lidar com a crise. Muitos trabalhos, mesmo mais recentes apontam o suposto

comportamento errático do presidente como uma vertente protagonista do insucesso de seu governo (SKDIMORE, 1982; ABREU, 1990).

Nos últimos anos, alguns estudos (MONTEIRO, 1999; FONSECA, MONTEIRO, 2005) tem se debruçado sobre o tema com outro olhar, visando a apontar outra interpretação para os acontecimentos do período em questão. Estes estudos, partindo de um ponto de vista menos centrado na ação do Estado, apresentam resultados divergentes da literatura tradicional. Em suas conclusões o governo Goulart aparece não como errático ou inepto, mas sim como coerente diante de um modelo de ações e reações, frente a estímulos advindos de sua relação com a sociedade civil.

Neste artigo, nos propomos a retomar o estudo deste período tomando como proposta metodológica a análise das relações do governo Goulart com a sociedade civil organizada, especificamente, neste caso, com o empresariado industrial. Parte-se do pressuposto de que, diferente do que sugere a maior parte dos estudos nesta área, as ações do poder público não são isoladas ou independentes das ações da sociedade civil (DINIZ, BOSCHI, 1978; LOUREIRO, 2008). Pelo contrário, em muitos casos, na maior parte deles, o peso e a influência deste organismo social tem papel crucial, seja no conteúdo das ações públicas, seja na concretização de seus resultados. Em outras palavras, a ação da sociedade civil, pode não apenas influenciar uma tomada de decisão do governante, como também inviabilizar o êxito de uma política sua, que a afronte.

Em síntese, podemos afirmar ser incompleto, ou ao menos parcial, um estudo de História Econômica centrado apenas nas ações do poder público, que não leve em conta seus aspectos condicionantes e condicionados, oriundos de sua relação com a sociedade civil. Como dito, o agente público, apesar de constituir-se no executor das políticas econômicas, não existe como um ente isolado. Suas ações originam-se no cerne de suas relações com os demais espectros da sociedade. Da mesma forma, os resultados obtidos por suas políticas são fortemente determinados não apenas por suas intenções, erros ou acertos, mas especialmente pela maneira como são recebidas e assimiladas pelos agentes sociais. Neste sentido, a percepção, reação e ação do empresariado industrial, classe fundamental na escalada do desenvolvimento capitalista, diante das ações públicas, constituem um aspecto fundamental para a interpretação dos êxitos ou fracassos das políticas econômicas de um período.

Neste contexto, fica delimitado o objetivo deste artigo como sendo a análise da relação entre o governo João Goulart e o empresariado industrial, buscando os possíveis reflexos desta relação nas políticas econômicas do governante, bem como nos resultados das mesmas. Considera-se, que até então, a literatura econômica acerca não tenha dado a devida importância ao papel desempenhado por este grupo social nos desdobramentos políticos e econômicos do período.

O caminho utilizado para viabilizar a concretização desta análise será o estudo do discurso dos industriais frente às ações do presidente. Postula-se aqui que tais discursos contenham em suas linhas e entrelinhas o posicionamento deste setor contrário ou favorável a tais ações. Entende-se que os discursos mesmo quando não revelam o verdadeiro teor de uma ideologia, expressam uma visão com a qual quem o pronuncia deseja ver-se relacionado. Neste sentido, o discurso público do empresariado é aqui visto como uma forma de pressão, como um mecanismo de combate que visa a influenciar e/ou direcionar as ações seja do governo, seja de seus pares industriais.

Uma vez definidos os métodos, resta ser apontado o representante do pensamento industrial, fonte do material a ser averiguado. Neste caso, optou-se por uma entidade representativa da indústria. Tal escolha foi realizada com base na percepção do importante papel desempenhado por estas instituições como aglutinadoras dos industriais, que tiveram grande adesão às suas fileiras durante o período abordado. A entidade escolhida foi a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A opção por esta instituição e não pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) responde a existência de graves conflitos internos neste último órgão no período, o que levou a que o mesmo não fosse reconhecido por parcela significativa do setor como representante de seus interesses de classe (LEOPOLDI, 2000). Em segundo, a escolha da FIESP passa pela forte liderança da indústria paulista que, então, representava mais de 50% do parque industrial do país. Por fim, como fonte para os pronunciamentos, discursos, estudos e enunciados produzidos por esta entidade será utilizado o Boletim Informativo do CIESP/FIESP, publicado por esta organização e distribuído a todos os seus associados e a outros segmentos da sociedade civil.

A crise e sua interpretação estruturalista

Os autores de tradição estruturalista (FURTADO, 1964, 1969, 1986; TAVARES, 1972) argumentavam que o processo inflacionário deflagrado nos anos 50 e acelerado no período em questão, respondia à incapacidade estrutural para importar, à rigidez da oferta agrícola e a outros pontos de estrangulamento em setores básicos da economia (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 119).

Em linhas gerais, para os estruturalistas o próprio modelo de desenvolvimento brasileiro estava inerentemente ligado aos desequilíbrios inflacionários. Isto porque, diferente do modelo europeu, a industrialização no Brasil não era impulsionada por rodadas de progresso técnico, *a la* Schumpeter, mas sim derivada de modificações na estrutura da demanda. Em outras palavras, a demanda, inspirada nos padrões internacionais, é que puxava a indústria nacional por meio do processo de substituição de importações. Esta demanda incentivava a criação de indústrias de bens duráveis de alta tecnologia que não poderiam ser produzidos aqui sem a importação de insumos e bens de capital dos países economicamente desenvolvidos. Tal fator acarretava que a cada nova etapa de internalização da produção industrial maior era a pressão sobre a balança comercial. Como o valor das exportações primárias realizadas pelo país declinava relativamente ao de suas importações, a tendência ao desequilíbrio externo tornava-se evidente. Desta forma, a solução para o desequilíbrio externo, que era considerado um dos focos da aceleração inflacionária, seria a aceleração programada do processo de substituição de importações, concentrando os investimentos nos setores que geravam o estrangulamento externo (BIELSCHOWSKY, 1988). Para os estruturalistas as políticas restritivas que buscavam combater a inflação e o desequilíbrio externo por meio do desaquecimento da economia somente surtiriam efeitos enquanto a economia estivesse em recessão. Assim que o crescimento fosse retomado os problemas voltariam. Apenas a solução estrutural, de aprofundar e programar a industrialização do país, seria definitiva. Por seu turno a agricultura, baseada em formas arcaicas de produção, acarretava, segundo os estruturalistas, Celso Furtado em especial, um entrave ao desenvolvimento estável do país. O modelo latifundiário exportador, além de mostrar-se menos produtivo que a produção em lotes médios, resistia à introdução de técnicas mais modernas de produção o que muitas vezes inviabilizava a ampliação do excedente rural e sua transferência à coletividade através da queda dos preços de alimentos no mercado interno. Este, entre outros gargalos institucionais, levou os estruturalistas a defenderem uma série de reformas de base como a única alternativa para a retomada do crescimento livre da aceleração inflacionária. Dentre estas reformas destacavam-se a reforma agrária, visando dinamizar o campo, a reforma tributária, para ampliar as receitas públicas, e o controle das remessas de lucro, para arrefecer a incapacidade de importar. Acreditavam os estruturalistas que estas reformas uniriam os setores progressistas da nação (indústria e trabalhadores) contra os setores arcaicos (rentistas e grandes latifundiários) (FURTADO, 1962; 1969).

A crença nesta “união nacional pelo desenvolvimento” centrava-se na visão de que apenas por meio das reformas seria possível reverter o processo de “estagnação” que prejudicava tanto trabalhadores quanto industriais. Para Celso Furtado as razões para a estagnação se explicavam no perfil concentrador de renda do modelo de desenvolvimento industrial levado a cabo no Brasil. Para o autor, como a indústria nacional voltava-se para a demanda pré-existente das classes médias e altas do país, ao mesmo tempo em que o excesso de mão-de-obra impedia a ampliação da renda dos assalariados, o mercado consumidor tornava-se cada vez mais estreito. A indústria de bens-salário pouco progredia, sendo a maior parte do crescimento industrial alavancado pelas indústrias de bens intermediários e de bens duráveis voltados para as classes mais abastadas. A crise então se agrava na medida em que as empresas voltadas para essa camada passavam a enfrentar problemas de escala. Diante do mercado restrito às elites, estas indústrias acabavam subutilizando sua capacidade produtiva, perdendo, assim, as vantagens de escala. Este perfil da demanda, que eleva os custos das empresas nos países periféricos estava, segundo Furtado, na raiz da estagnação da economia nacional após a maturação dos investimentos do Plano de Metas. O que estaria, assim, por traz da estagnação seria um subconsumo gerado pela pequena extensão do mercado de alta renda. Neste sentido, a única saída seria a adoção de reformas que corrigissem estes desvios estruturais,

principalmente através da distribuição de renda que inserisse as massas populacionais ao mercado consumidor (FURTADO, 1969).

Tavares e Serra (1972) apontam outro fator como gerador da estagnação a partir do ano de 1962, a escassez de fontes de financiamento e a baixa capitalização das empresas nacionais. Mesmo tomando caminho diverso ao de Furtado, os autores também levam a conclusão de que a retomada do crescimento demandava reformas estruturais. Defendia-se que a inexistência de um novo bloco de investimentos similar ao Plano de Metas era a causa da recessão. Este novo bloco de investimento só seria possível pelo lado do setor público por meio de uma grande reforma fiscal que possibilitasse ao Estado gastar mais, sem acelerar a inflação. Pelo lado privado estes investimentos só se tornariam viáveis após uma reforma bancária e financeira que abrisse novos canais de financiamento privado de longo prazo (SOCHACZEWSKI, 1993).

Parecia claro que o projeto estruturalista que nortearia o governo Goulart era claramente um projeto industrialista, que tinha como pano de fundo, como outrora tivera no governo Vargas, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil.

O Estado

O governo João Goulart iniciou-se, como visto sob uma improvisação legislativa que lhe tolhia grande parte de seus poderes constitucionais. Ao aceitar a manobra parlamentarista, o presidente, contrariando a ala mais radical de seu grupo político, consentiu com a instituição de uma administração de “União Nacional”. Foi com este espírito que se formou o primeiro gabinete parlamentarista encabeçado pelo deputado do Partido Social Democrata (PSD) mineiro, Tancredo Neves. Os Ministros do Gabinete Neves eram, em sua maioria, do PSD - partido de centro - que abrigava grande parte das oligarquias regionais, especialmente do Nordeste do país. Ao PTB, partido do presidente, e à oposicionista UDN couberam duas pastas cada. A entrega do Ministério da Fazenda ao banqueiro Walter Moreira Salles, é tida como um marco do caráter conservador-conciliatório do Gabinete Neves (ABREU, 1990; FONSECA, 2004).

A postura conservadora da administração Goulart durante o Gabinete Neves é entendida por parte da literatura como uma decisão tomada visando à conquista de legitimidade e reconhecimento junto à sociedade civil e aos organismos internacionais (FONSECA, MONTEIRO, 2005). Esta busca por reconhecimento se fazia necessária uma vez que o presidente possuía um histórico de aproximação com as demandas de grupos trabalhistas mais a esquerda, tanto em sua passagem pelo Ministério do Trabalho, no governo Vargas, quanto em sua gestão como vice-presidente².

Não se pode entender, no entanto, este conservadorismo como uma guinada de Goulart contrária a suas idéias desenvolvimentistas, ou estruturalistas. Em nenhum momento o presidente deixou de citar, mesmo durante este período, sua defesa inarredável das Reformas de Base. Ocorre que no entorno das alterações constitucionais que permitiram a posse do presidente grande parte de seus poderes foram diluídos entre as outras esferas de comando da nação, o que tornava seu governo obviamente mais conservador do que seu próprio desejo o levaria a ser. Claramente, durante o Gabinete Neves, o presidente não apenas não governou como, tudo leva a crer, teve pouca ou nenhuma autonomia na escolha dos quadros de seu governo. Os pronunciamentos de Goulart durante o período deixavam clara sua insatisfação com esta situação. Este teria sido, no entanto, o preço a pagar pela saída compactuada, aceita por Goulart.

Em muito pelas razões acima arroladas, o Gabinete Neves foi marcado pela disputa de espaço entre o Primeiro Ministro e o presidente. Várias divergências entre ambos acabaram resultando em grave

² A crise envolvendo sua posse, tendo como epicentro a recusa militar em aceitá-la e o conseqüente surgimento da “Campanha da Legalidade” exigindo o respeito à Constituição, levada a cabo por representantes da esquerda civil - destaque para o governador Leonel Brizola - demonstrava o clima de incerteza, insegurança e ausência de legitimidade do novo governante em amplos setores da sociedade.

instabilidade institucional e, finalmente, na queda do Gabinete em junho de 1962. O Ministro do gabinete Neves ideologicamente mais próximo do presidente - Francisco de San Tiago Dantas – foi indicado para o cargo de Primeiro Ministro. Com a rejeição praticamente unânime das bancadas do PSD e da UDN, o nome do postulante foi vetado no Congresso. Dentre as especulações acerca das causas de sua rejeição destacam-se sua postura pouco conservadora durante o período em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores e, um discurso realizado no Congresso Nacional considerado contrário aos interesses agrícolas e industriais, por defender severa restrição do crédito (ABREU, 1990).

Finalmente, Francisco Brochado da Rocha, também do PSD, foi indicado por Goulart e aceito pelo Congresso tornando-se o novo primeiro ministro. Brochado da Rocha se colocaria ao lado de Goulart em sua luta pela remarcação do plebiscito acerca da Emenda Parlamentarista para 6 de janeiro de 1963. Pressionado pelo agravamento da crise econômica, o primeiro-ministro solicitou ao Congresso delegação de poderes para que pudesse legislar. Tal solicitação é sintomática do desajuste institucional por que passava o país, decorrente da ausência de uma delimitação precisa dos poderes. Estava claro que enquanto não se estabelece com clareza qual seria o regime de governo tornava-se praticamente impossível levar a cabo as reformas econômicas que a crise exigia.

Tendo seu pedido negado pelo Congresso, Rocha renunciou ao cargo em meio a uma convulsão social disparada pela mobilização de sindicatos operários na defesa da remarcação do plebiscito. Uma série de greves paralisou parte da indústria e principalmente do sistema de transportes urbano, enquanto o Congresso finalmente aprovava a nova data do plebiscito para 6 de janeiro. O Gabinete Hermes Lima, desta forma, foi articulado como um governo de transição dadas as expectativas gerais de que a Emenda Parlamentarista seria derrotada nas urnas.

Desta forma é possível afirmar que durante os pouco mais de quinze meses do regime parlamentarista, o presidente tencionou-se entre a necessidade de se legitimar frente a setores fundamentais da sociedade que ainda não reconheciam sua liderança, e a premência de “governar” para corresponder às expectativas de seus aliados. Neste contexto se explica parte da incapacidade do governo em apresentar propostas sólidas para a superação da crise econômica. Neste sentido é que se pode afirmar que “a marca de todo o período de Goulart, o elemento definidor que dá sentido às ações governamentais e, em particular, à política econômica, é a necessidade de conquista dessa legitimidade, ou, em outras palavras, a busca do reconhecimento de sua autoridade” (FONSECA, 2004, p. 595).

Com o resultado favorável ao retorno do presidencialismo, alcançado no plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, Goulart definitivamente assume o comando do país e forma “seu” Colégio de Ministros. A crise política, entretanto, não havia esfriado³. Organizações de classe, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), aliadas aos militares iniciavam neste período fortes campanhas conspiratórias contra o governo. Após o período de conturbações institucionais, no qual o país ficou praticamente sem comando a crise econômica também degingolou. O presidente assume de fato o poder, mas a situação se apresenta muito mais complexa que há a pouco mais de um ano, quando de sua posse oficial. Neste sentido, 1963 se inicia com o presidente ainda buscando sua legitimidade política enquanto sua frágil base de apoio o pressionava pela realização de reformas estruturais.

Quando tratamos especificamente da área econômica, as dificuldades não foram menores desde a posse do presidente em 1961. A despeito da busca de uma relativa estabilidade institucional por meio da manutenção do Ministro Moreira Salles na Fazenda, mesmo após a dissolução do Gabinete Neves, não foi possível isolar-se da crise política que se aprofundava.

A gestão de Moreira Salles que se iniciou com o programa antiinflacionário de Tancredo Neves, a “Ação de Emergência”, visava cortar gastos e reduzir o crédito ao setor privado, para evitar excessos de expansão monetária. Na área cambial, a proposta era perseguir a unificação das taxas em patamar realista, seguindo a tendência vigente, sem, contudo abrir mão do controle das importações de “não essenciais”

³ Nem mesmo a vitória contundente do “Não” no plebiscito restabelecendo o presidencialismo pode ser considerada um triunfo político de Goulart. O “Não” foi defendido por políticos e partidos de todos os espectros ideológicos, que pleiteavam a disputa presidencial de 1965 sob o regime presidencialista. Dentre os apoiadores do “Não” destacaram-se Adhemar de Barros, do PSP, Magalhães Pinto, do PSD e Carlos Lacerda, da UDN.

(FONSECA, 2004; MESQUITA, 1992). Em sua essência o programa constituía-se em um receituário ortodoxo de combate à inflação, incorporado, contudo, em uma relação de metas e políticas de caráter desenvolvimentista, como o aumento da taxa de crescimento do PIB para 7,5% ao ano, a incorporação da população subempregada ao mercado formal de trabalho e a redução das desigualdades de renda e dos desequilíbrios regionais.

O controle seletivo de crédito do Banco do Brasil, bem como o recolhimento compulsório de 80% do aumento dos depósitos à vista no sistema bancário ocorrido após julho de 1961, instituídos pelas Instruções 201 e 214 da SUMOC, respectivamente, não conseguiram reduzir a aceleração da expansão monetária, no último trimestre de 1961. Assim, no início de 1962 foram adotadas novas medidas contracionistas visando ao controle da criação de moeda bancária e do déficit público. A nova política previa o corte de 40% nas despesas orçamentárias variáveis da União, a transferência de investimentos e restos a pagar para o exercício de 1963, além da cobrança de empréstimo compulsório no Imposto de Renda das pessoas jurídicas (MESQUITA, 1992). Concomitantemente foi enviado ao Congresso um projeto que reajustava alguns impostos federais visando a ampliar as receitas fiscais. O reajuste, entretanto, não foi aprovado, sendo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por aumentar impostos depois de aprovado o Orçamento (MONTEIRO, 1999).

Além destas medidas fiscais, o controle do crédito estipulava o teto de 12,7% para o crescimento dos empréstimos ao setor privado concedido pelo Banco do Brasil ao longo do ano, além do aumento do depósito compulsório dos bancos comerciais. Na contramão destas ações, em abril foi concedido um reajuste salarial de 40% para o funcionalismo público. Houve também ampliação dos subsídios às empresas públicas (MESQUITA, 1992).

Em julho de 1962, com a mudança do gabinete, a manutenção de Moreira Salles na pasta da Fazenda manteve o tom das políticas econômicas. As previsões de déficit público para o ano eram ruins, mesmo com a série de medidas contracionistas adotadas. Em meio a previsões pessimistas o governo solicitou junto ao Congresso delegação de poderes para a concretização de uma série de reformas financeiras visando ao combate mais efetivo do processo inflacionário. Dentre estas medidas destacavam-se a criação de um Banco Central e a permissão para a emissão de títulos indexados. A rejeição à solicitação de poderes especiais ao gabinete Brochado da Rocha, pelo Congresso, levou a sua dissolução, sendo que desta vez o Ministério da Fazenda também foi modificado.

O novo Ministro da Fazenda, agora sob o gabinete Lima – Miguel Calmon – foi claramente um ministro de transição, seguindo, aliás, o perfil de todo o gabinete. Durante sua gestão, o retorno ao presidencialismo já era dado como certo e o governo Goulart iniciava as articulações para a composição de seu Ministério presidencialista, bem como de seu programa econômico, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico. No final de 1962 o resultado do déficit público encaixava-se entre as previsões mais pessimistas e as projeções oficiais. Considera-se que as políticas retracionistas da gestão Moreira Salles evitaram um descontrole ainda maior nas contas públicas. O efeito colateral desta política, no entanto, mostrou-se na redução considerável dos investimentos públicos. A despeito destes resultados, não se deve esperar que as metas de controle de gastos e expansão de crédito tenham sido atingidas. A expansão dos empréstimos do Banco do Brasil, que deveria ficar em 12,7%, atingiu 69,3% demonstrando claramente a dificuldade do governo em cumprir com rigidez políticas contracionistas que iam contra aos anseios desenvolvimentistas da sociedade civil organizada – inclusive os industriais (MESQUITA, 1992).

Sob este clima de dificuldades em combater a inflação, aliado cada vez mais ao desaquecimento da economia, o presidente João Goulart teve seus poderes restituídos e definiu seu primeiro ministério presidencialista. O Ministério da Fazenda ficou a cargo do esquerdista moderado Francisco de San Tiago Dantas, do PTB mineiro. A expectativa do presidente era de que livre das limitações institucionais ao poder Executivo, a gestão da crise se tornasse menos árdua.

Diante da nova configuração do poder, Goulart apresenta à Nação seu plano de desenvolvimento econômico e combate a inflação a ser aplicado durante os três anos restantes de sua gestão. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, coordenado pelo economista Celso Furtado, foi utilizado ainda durante a campanha para o plebiscito como o plano de governo de João Goulart. Envoltos na defesa das reformas estruturais, exaustivamente apregoada pelo presidente, o Plano dava o tom que se pretendia colorir o novo governo. Sua ideia base consistia em conter gradativamente o processo

inflacionário sem comprometer o desenvolvimento do país, que se realizaria dali em diante sob as novas bases geradas pelas reformas estruturais.

Para tanto o Plano apresentou como objetivos fundamentais:

1. assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7% anual, correspondente a 3,9 de crescimento *per capita*;
2. reduzir progressivamente a pressão inflacionária para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente (1962). Em 1965, esse incremento deverá aproximar-se de 10%;
3. criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com uma taxa pelo menos idêntica à do aumento de produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação de custo de vida;
[...]
6. eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos. Entre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez; (FURTADO, 1997, p. 243).

A resposta para a crise, no entanto, dependia principalmente da reestruturação de algumas bases econômicas, políticas e sociais do país. Neste sentido, as reformas de base eram vistas como pré-condições para o êxito do programa de desenvolvimento do governo. Desta forma, se no Plano Trienal o combate à inflação era apontado como prioridade, devido à situação conjuntural em se encontrava a economia nacional, não era possível, no escopo global do governo, promover o combate definitivo à inflação sem a realização das reformas (GOULART, 1978, p. 363). Devido a este quadro, compreende-se que a política do governo Goulart é mais bem compreendida quando se lê o Plano Trienal inserido no rol das propostas de reformas de base apresentadas pelo presidente.

Dentre essas propostas podemos destacar as reforma bancária, administrativa, tributária, universitária, eleitoral e agrária. Tais reformas que já constavam dos pronunciamentos de Goulart desde sua posse sob o parlamentarismo e, que foram apresentadas ao Congresso sob o Gabinete Brochado da Rocha, foram sintetizadas na mensagem presidencial ao Congresso Nacional em 1962. Neste documento o presidente defende no âmbito da reforma bancária, a criação do Banco Central, de um Banco Rural, para o fornecimento de crédito à agricultura. Uma reforma administrativa que proporcionasse maior eficiência e dinamismo ao Executivo. A reforma tributária deveria atender às necessidades do fisco onerando, entretanto, de forma mais justa a rede de contribuintes. Por fim, grande destaque foi dado à reforma agrária, tida como pilar da reestruturação social do país, ao distribuir de forma mais equitativa a propriedade rural, acabando com a miséria no campo e ampliando a produtividade agrícola (GOULART, 1978).

Para a concretização destas reformas, não bastava a vontade e a determinação do poder Executivo. De forma geral, todas as reformas demandavam emendas à Constituição de 1946 e, portanto, forte apoio do Parlamento às propostas de Goulart. A reforma agrária, como exemplo esbarrava no parágrafo 16 do artigo 114 da Constituição em vigor, que exigia pagamento antecipado e em dinheiro para as desapropriações de terras com fins de reforma agrária. A inviabilidade financeira do governo em arcar com as quantias necessárias em dinheiro impedia os avanços nesta área. O governo insistia desde sua posse em setembro de 1961 até seu último pronunciamento ao Congresso em 1964 pela reforma deste artigo, sem, no entanto, obter sucesso junto ao Parlamento.

Ao mesmo tempo em que o governo convivia com enormes dificuldades em convencer o Parlamento a acatar suas propostas de reformas, sua dificuldade em combater o processo inflacionário, aliado a percepção generalizada de que seu plano econômico, o Plano Trienal, possuía viés contracionista, reduzia drasticamente o, já frágil, apoio da sociedade civil ao governo. De um lado as classes produtoras se mostravam insatisfeitas com o enxugamento do crédito e com o avanço dos movimentos grevistas. Por

seu turno as organizações trabalhistas exigiam a correção de seus salários no passo do aumento do custo de vida e criticavam o que consideravam atos “entreguistas” do governo para com o exterior e as classes dominantes. Com o passar dos dias o governo ia ficando cada vez mais isolado diante de uma sociedade cada vez mais polarizada. Os gestos conciliatórios do governo, como o próprio Plano Trienal, acabavam por desagradar a todos os lados. Neste contexto o programa de estabilização, contido no Plano Trienal foi abandonado, e o governo, já percebendo o canto dos cisnes de sua administração optou por também radicalizar.

Vistas como partes separadas, estas políticas de Goulart, (Regime parlamentariasta, Plano Trienal e Reformas) são apresentadas pela literatura tradicional (ABREU, 1990; MACEDO, 1975; VILLELA, 2005; SKIDMORE, 1982) como um combinado de políticas mais ortodoxas emaranhadas em ações consideradas pouco conservadoras, qualificadas de populistas e demagógicas. De modo geral estas oscilações da política econômica do governo João Goulart são vistas, por estes autores, como o reflexo de sua postura pouco hábil e de sua incapacidade de gerir o país em um período tão conturbado.

O empresariado industrial

Como já foi apresentado neste trabalho, a crise em que viu inserida a economia brasileira durante a década de 1960 sustentou-se em um tripé composto de alta inflação, déficits externos e, a partir de 1962, redução do crescimento. A FIESP/CIESP como representante da indústria paulista, que então englobava mais de 50% do parque fabril nacional, tinha por papel assessorar seus associados e refletir suas opiniões acerca dos desdobramentos desta crise. De forma a consubstanciar suas ideias, teses e políticas para o enfrentamento da mesma, estas entidades utilizavam-se não apenas do conhecimento prático do singular grupo de empresários que compunha sua diretoria, como também de técnicos – economistas e juristas, entre outros – que realizavam estudos e pareceres sob encomenda. A publicação semanal de ampla divulgação entre industriais⁴, Boletim Informativo do CIESP/FIESP, cumpria a função de condensar e disseminar estes estudos e interpretações a respeito dos acontecimentos pertinentes à indústria nacional. Neste boletim encontramos as opiniões dos industriais acerca de praticamente todos os acontecimentos do período atinentes à indústria, ou que sobre ela produzissem efeitos.

Para a indústria de modo geral, o processo inflacionário havia desempenhado importante papel durante os anos 1950. Neste momento, entretanto, o descontrole da aceleração de preços passava a produzir mais desequilíbrios que benefícios e tornava-se impossível, ou ao menos prejudicial conviver com a inflação. A FIESP/CIESP, desta forma adota a política de apoiar medidas de contenção inflacionária. Todavia, não quaisquer medidas. Estas entidades desenvolvem e apresentam uma interpretação do descontrole inflacionário que poderia ser qualificada como monetarista clássica, não fosse sua vertente pragmática de defesa da continuidade do desenvolvimento econômico do país, especialmente no tocante à manutenção da expansão do crédito. Para estas entidades, e de certo modo para a indústria em geral, a inflação possuía características de uma inflação de demanda, fruto dos desajustes da rápida expansão industrial capitaneada pelo Estado. Este não era, entretanto o principal foco originário da inflação. As principais fontes causadoras da inflação seriam os déficits públicos e a política salarial dos governos.

No caso dos déficits, os industriais paulistas os consideravam consequência de más políticas públicas e não fruto do excesso de investimentos e financiamentos públicos. Em sua publicação Boletim Informativo, a FIESP/CIESP defende que o déficit orçamentário era consequência especialmente de cinco fatores: “excesso de funcionalismo público; má distribuição de investimentos em obras públicas; déficit de autarquias e empresas governamentais; deficiência do organismo arrecadador de tributos e despesas com viagens de turismo e com funcionários no Exterior” (BI 634, 1961, p. 111).

Por sua vez, a política salarial pressionava os custos elevando assim os preços industriais. Como se

⁴ Distribuído para mais de 8.400 estabelecimentos industriais do estado de São Paulo, além de outros dois mil exemplares remetidos a assinantes particulares e entidades industriais de outros estados e países (BI 646, 1962, p. 210)

lê no discurso do presidente da FIESP/CIESP, Rafael Noschese, publicado em seu boletim semanal:

Outro aspecto que não pode ser esquecido, no combate à inflação, é o de manter os aumentos salariais dentro dos limites de elevação do custo de vida. Qualquer política que vise abrandar a espiral inflacionária ficará comprometida, se as elevações salariais se processarem de forma imoderada (BI 679, 1962, p. 528).

Durante os anos em que o país foi governado por João Goulart, tanto sob o parlamentarismo, como após o retorno do regime presidencialista, não faltaram nas páginas do Boletim Informativo referências aos equívocos governamentais que alimentavam a ciranda inflacionária, que se pretendia combater. Como veremos a seguir, para estas entidades os problemas advindos da administração pública originavam uma complexa rede viciosa que se encontrava na raiz do tripé representativo da crise. Desta forma, para a FIESP/CIESP as mesmas ações – ou omissões – que impediam o controle e aceleravam o processo inflacionário contribuíam também para a estagnação da economia e, de certa forma para a crise externa. Alinhando uma série de excertos das publicações da entidade é possível reconstruir esta cadeia de acontecimentos da forma como eram vistos pelas entidades.

Primeiramente, se para a FIESP/CIESP a contenção do processo inflacionário passava essencialmente pelo controle dos gastos excessivos do setor público e pelo reajuste salarial na medida do aumento do custo de vida, algumas políticas defendidas ou apresentadas pelo governo Goulart e seus partidários eram vistas como altamente inflacionárias. Falamos das políticas ditas redistributivistas, que visavam a ampliar os direitos trabalhistas. Estas políticas, algumas apresentadas pelo presidente, outras por parlamentares de sua base, eram vistas pelos industriais como grandes majorações em seus custos. Melhor repartir a renda, refletia o editorial da publicação mensal das entidades industriais paulistas, não é o mesmo que onerar custos. “E isto apenas – onerando os custos é o que está sendo feito ultimamente com esse bom número de proposições legislativas de pretensão efeito redistributivistas”. Algumas destas proposições arroladas no discurso empresarial já haviam sido votadas e transformadas em lei, outras se encontravam próximas de serem aprovadas com o endosso do governo. Referia-se o mesmo editorial, entre estas políticas, às que decretavam férias de trinta dias, dias de seis horas para mulheres, o décimo-terceiro mês de salário, entre outras. Seguiu ainda afirmando que tais medidas, “por compulsórias, imediatamente se convertem em adicionais encargos sociais, onerando os custos e elevando os preços, sem, portanto, repartir efetivamente a renda”. Desta forma, os industriais desqualificavam as medidas do governo afirmando que nem mesmo em atingir seus intuitos redistributivistas tais leis obtinham êxito, dado que a elevação de preços por elas acarretada corroía os ganhos reais dos trabalhadores. Não bastasse, alfinetavam os industriais, diante deste complexo quadro gerado pelas leis redistributivistas, ficava o governo sobre a seguinte encruzilhada; ou, em contrapartida ao excesso de liberalidade quanto aos benefícios sociais, o governo apertava o cinto industrial por meio de uma rígida política de crédito, levando o país à recessão e ao desemprego, ou, se mostrava duplamente flexível e tolerante, e com isto continuava atirando cada vez mais lenha na fogueira da inflação (BI 675, 1962, p. 2).

No momento em que o Congresso Nacional, com forte apoio do governo, aprovou em 13 de julho de 1962, a lei do décimo-terceiro salário, os industriais, mantendo a coerência de seu discurso, não deixaram de destacar a contradição de tal medida com o combate à inflação:

Ainda não se arranjou uma lei econômica que obrigue alguém que produza a vender sua mercadoria, sem consideração pelo custo de produção. Como salário é fator preponderante no custo da produção, vamos ter todos os gêneros agrícolas assim como as utilidades industriais aumentadas, para haver compensação. Provavelmente, a esta altura, as firmas previdentes, diante do impacto salarial do mês de dezembro em virtude do 13º mês, bem assim do que vai resultar dos aumentos iminentes de reajustamentos salariais gerais, estarão revendo seus preços (BI 667, 1962, p. 133).

Do outro lado do momento político vivido pelo país, o histórico “trabalhista” do presidente havia deflagrado, com sua posse, o acirramento de uma série de reivindicações de reajustes salariais por parte do funcionalismo público. O caso, talvez mais expressivo, era o dos trabalhadores portuários, que possuíam sindicatos muito bem organizados e que conquistaram, sob a anuência de Goulart, relativa autonomia da estrutura corporativa “getulista”. Com dificuldades políticas de resistir à pressão destes

sindicatos, o governo não raramente cedia aos anseios destes trabalhadores. Tal quadro era apresentado pela indústria como verdadeira afronta aos interesses nacionais. Afirmavam os industriais ser o porto de Santos um dos mais caros do mundo, devido principalmente ao alto custo atribuído aos trabalhos de recebimento e carregamento de mercadorias. Para eles tal situação inviabilizava qualquer programa de contenção de custo de vida que o governo quisesse executar (BI 644, 1962). Edição após edição, o Boletim Informativo do CIESP/FIESP continuava apontando o mesmo problema, sem que, ao menos aparentemente, o governo apresentasse alguma medida que atendesse aos seus anseios:

Os serviços de mão-de-obra dos nossos portos são os mais caros do mundo, existem privilégios inconfessáveis, mas nada disso pesou na balança. Os sindicatos representativos das categorias que monopolizam as atividades de trabalho nos portos ameaçaram com uma greve caso não fossem atendidos, e mais uma vez o governo recuou. [...] O Loide é uma organização deficitária que custa anualmente bilhões e bilhões aos cofres da nação. Quem paga os déficits do Loide é povo através de impostos, ou na insuficiência destes, fazendo funcionar a máquina de emissão, o que dá no mesmo (BI 656, 1962, p. 36).

Não se resumia, entretanto, ao setor portuário o “problema” do excesso de benefícios trabalhistas. Para as entidades de representação industrial do estado de São Paulo, era motivo de preocupação crescente, segundo afirmavam, a política salarial que vinha sendo adotada pelas empresas estatais. Defendiam os industriais que algumas dessas empresas eram donas de verdadeiros monopólios, o que as permitia, por consequência, estabelecer preços conforme entendessem e assim auferirem lucros cada vez maiores. “Os salários pagos aos seus funcionários, as gratificações de fim de ano, as vantagens de toda ordem atribuídas aos trabalhadores não pode[ria]m ser acompanhadas por empresas privadas”, defendiam as entidades paulistas, dado que estas empresas não desfrutavam do ambiente livre de concorrência que desfrutavam os monopólios estatais. Exigiam os industriais, desta forma, que a política salarial do governo, que era quem controlava estas empresas, não fosse diferente da existente nas empresas privadas, que resultava, segundo os mesmos, das próprias condições econômicas do país (BI 651, 1962, p. 356).

Diante deste quadro, liam-se nas publicações da indústria paulista pronunciamentos apelando ao exercício da autoridade federal contra as reivindicações salariais consideradas excessivas. Preocupado com os reflexos da política salarial do governo em seus estabelecimentos particulares, o empresariado também se pronunciava solicitando ao mesmo que reajustasse de forma “responsável” o salário mínimo, apenas no nível dos aumentos do custo de vida. Ponderavam que se os níveis salariais excedessem aos aumentos apurados no custo de vida o governo estaria estimulando a corrida de preços, enquanto sua função deveria ser exatamente a oposta, de buscar contê-la de todas as formas (BI 627, 1961).

Dias depois de circularem as publicações industriais solicitando reajustes “responsáveis” o governo anunciava os novos salários e a reação da indústria paulista era imediata:

[...] o governo impulsionado por motivos que ignoramos, entendeu abstrair o aspecto legal do problema e decretou a revisão dos mínimos salariais então vigentes para entrarem em vigor a partir do dia 16 do corrente, em bases que consideramos acima dos níveis apurados do aumento do custo de vida (BI 629, 1961, p. 163).

A política salarial “frouxa” era, segundo o empresariado, acompanhada de uma política creditícia “rígida”. Ou seja, se o governo não continha seus gastos através de reajustes mais “realistas” dos salários do funcionalismo, pretendia fazê-lo reduzindo o crédito público. Com a Instrução 225 da SUMOC, ampliou-se a restrição de crédito para os bancos privados através do aumento dos percentuais de depósitos compulsórios. Tal medida foi duramente criticada pelos industriais, principalmente pelo seu contexto político, como visto no excerto seguinte:

Se o setor empresarial privado foi enquadrado dentro de uma política creditícia desinflacionária, através da Instrução nº 225 da SUMOC, de maio do ano corrente, que aumentou os depósitos compulsórios dos Bancos particulares, é preciso, que os demais setores (salarial e público) se ajustem a uma política simétrica de combate à inflação (BI 679, 1962, p. 528).

O ciclo vicioso submerso na interpretação da crise realizada pela FIESP/CIESP começa a se completar na medida em que as contradições das ações do poder público começam a influenciar as ações privadas. Em outras palavras, argumentavam as entidades que a ação governamental de complacência com as reivindicações – muitas vezes por meio de greves ilegais – de benefícios excessivos por parte de setores trabalhistas, acabava gerando um clima de instabilidade geral na sociedade. Outros setores, em vista do sucesso dos sindicatos radicais, acabavam se encorajando a exigirem benefícios similares. A política omissa e complacente do governo de não apenas tolerar os movimentos trabalhistas “radicais” como também de, frequentemente, atender suas aspirações produzia um clima de conflito entre trabalhadores e empresários.

Quem folhear as colunas da nossa imprensa ou ouvir os programas informativos dos rádios e televisão, ficará estarecido e crente plenamente de que tudo está perdido neste país, que caminhamos a passos de gigante para uma convulsão social que levará de roldão nossas instituições e as conquistas democráticas do povo brasileiro. (BI 637, 1961, p. 214; Opinião)

Esse clima de confronto, essa total ausência de perspectivas de controle da inflação, bem como dos rumos da economia produziam um efeito psicológico na classe empresarial que as próprias entidades representativas do setor apontavam como inibidores de novos investimentos. Analisando estudo da Fundação Getúlio Vargas acerca do comportamento da economia durante o ano de 1961 o Boletim Informativo do CIESP/FIESP infere

[...] que predominou em alguns setores industriais certo clima de incerteza em relação ao futuro. Este clima, conquanto não tenha influenciado no andamento dos projetos em curso, induziu os empresários a retardar o início e execução de novos projetos, fato que poderá refletir negativamente, se bem que em pequena escala, na expansão industrial futura (BI 655, 1962, p. 28).

Não é preciso longa tergiversação para preencher a tese subliminar do discurso industrial. Se já estavam dadas as fontes da crise inflacionária e do aprofundamento da estagnação, a crise externa era apontada como reflexo da ausência de uma política de incentivo às exportações, e completada pelo afugentamento de capitais externos, gerado pelas políticas de corte nacionalista⁵ e pela insegurança institucional do governo brasileiro.

Diante deste quadro, a principal reivindicação política dos industriais, durante o período parlamentarista do governo Goulart, consistiu no uso da autoridade pública em defesa da ordem jurídica. A ordem jurídica, que na visão destes, não era suficientemente zelada pelas autoridades, correspondia à defesa dos princípios democráticos, da livre iniciativa e da propriedade privada. A ação governamental pleiteada consistia no combate às greves ilegais, no não atendimento às reivindicações que comprometessem o andamento do sistema econômico e na segurança e tranquilidade aos empreendimentos produtivos.

Nenhum fundamento justifica a ausência ou a omissão quanto aos deveres da autoridade, no que respeita à observância daquela ordem [jurídica], porque esse procedimento corresponde à própria negação da legalidade e produz sempre um duplo e maléfico efeito na vida social. Determina clima de insegurança e inquietação para quantos se empenham nas múltiplas atividades cotidianas, sendo que, de outro passo, estimula e exacerba a ação conturbadora dos que, sob os mais variados intuitos, passam a atuar com crescente audácia. Como é óbvio, um ambiente dessa natureza não pode favorecer, mas, ao contrário afugenta os investimentos de que carecem muitos setores da nossa economia, o que depois repercute na vida do trabalho, onde os índices de emprego passam a sofrer

⁵ A Lei de Remessas de Lucros, aprovada no Congresso Federal, era vista pelos industriais paulistas como inibidora de novos investimentos externos e, portanto, maléfica para o desenvolvimento do país.

“O projeto aprovado, sem distinguir o falso investimento do legítimo capital estrangeiro que deseja entrar no país, fecha literalmente, nossas portas a todos, desestimulando-os, com a instauração de um sistema só existente em nações de economia totalitária ou socialista” (635, p. 152; Senado evitará um verdadeiro crime contra o futuro econômico do Brasil).

redução contínua (BI 665, 1962, p. 71).

Estava completo o ciclo vicioso. Os déficits públicos financiados de forma inflacionária eram ampliados pelo inchaço da folha de pagamentos pública. A ampliação dos salários públicos pressionava o setor privado para que efetuasse reajustes salariais maiores, o que aliado ao aumento de benefícios trabalhistas elevava os custos e, conseqüentemente, os preços industriais. O clima de preços sem controle aliado ao acirramento de ânimos entre capital e trabalho, assentado sobre a omissão do poder público, tornava crítico o ambiente para novos projetos de investimento. A redução dos investimentos nacionais e estrangeiros consolidava, assim, a crise vista no quadro de estagflação ocorrido, principalmente, nos anos 1962-63, no Brasil.

Em síntese, os industriais viam a inflação como a fonte da crise financeira que se alastrava sobre o país, ao mesmo tempo em que as ações políticas demagógicas aliadas à ausência de autoridade, eram vistas como as raízes da crise política reinante desde a renúncia de Jânio Quadros. Reconhecia o empresariado paulista ser o momento crítico e, portanto, hora de sacrifícios de todas as partes. Mostrava-se, ao menos no discurso, disposto a aceitar restrições, desde que percebesse que outros setores – trabalhadores e governo – também estivessem dispostos a tolerá-las. Como vimos, não foi este o caso, na visão dos associados da FIESP/CIESP, ocorrido durante o governo parlamentarista de João Goulart.

Infelizmente, entre nós, pretendemos vencer a crise que nos infelicita aumentando os encargos sobre a produção, o que vale dizer, tornando-a mais cara, mais inacessível ao povo, quando o caminho deveria ser outro. Na verdade o problema crucial que teremos de resolver é o de produzirmos mais, em condições econômicas mais satisfatórias, e isso não será alcançado com iniciativas como as que vimos apontando (BI 629, 1961, p. 168).

Neste contexto, João Goulart iniciou seu governo sob o regime presidencialista em janeiro de 1963, diante da necessidade de manter sua base política trabalhista, ao mesmo tempo em que dependia, para sua sustentação, de legitimar suas ações, especialmente as reformistas, diante do empresariado industrial. Como afirma Fonseca (2004), as ações do governo Goulart estiveram sempre carregadas de sua busca por reconhecimento. Neste caso, consideramos que o histórico político de Goulart já o legitimava diante dos setores trabalhistas. Sendo assim, não seria este seu propósito fundamental. A legitimidade pretendida por Goulart não seria diante da sociedade civil como um todo, mas sim diante do empresariado industrial.

Inspirado e assessorado por técnicos estruturalistas, o governo Goulart considerava tarefa possível legitimar-se diante dos industriais, ao mesmo tempo em que mantinha sua trajetória trabalhista. Para os estruturalistas, o momento histórico que vivia a nação opunha exatamente os setores progressistas – indústria e operários – contra os setores retrógrados ou “entreguistas” representados pelos grandes proprietários rurais, pelos setores comerciais e financeiros ligados a interesses internacionais e seus representantes políticos. Esta aliança havia sustentado o governo Vargas e, pode-se afirmar, a “construção do capitalismo” no Brasil. Diante deste contexto, o presidente Goulart iniciou seu governo presidencialista alicerçando sua política econômica no conhecido Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Plano Trienal, a ser implementado a partir de 1963, propunha-se a uma tarefa, cara às correntes estruturalistas, e também aos industriais, de conter a aceleração inflacionária sem, contudo, comprometer o desenvolvimento do país. Ao menos de início parecia ser possível a conciliação pretendida pelo governo Goulart. O Plano reduziria o custo de vida, manteria a economia aquecida, gerando emprego e renda, e paralelamente, ainda pretendia angariar o apoio da indústria para a realização das reformas sociais. A indústria encontra seus anseios previstos no Plano, e imediatamente declara seu apoio.

O desejo manifesto de corrigir o crônico desequilíbrio orçamentário, fonte primeira do nosso processo inflacionário, significa, para os homens de empresa, a volta do tão desejado ambiente de tranqüilidade para novas inversões e para o incremento da produção. [...] O Plano do Governo e a série de esclarecidas e oportunas manifestações emanadas do Senhor Ministro da Fazenda, dando aos nossos problemas econômicos uma solução adequada, merecem o aplauso da indústria nacional (BI 701, 1963, p. 18).

Com o Plano Trienal, o Governo Federal se propunha a conter o déficit orçamentário sem cortar investimentos cruciais à indústria. Por sua vez, defendia reajustes “responsáveis” ao funcionalismo público e corte de despesas consideradas supérfluas. Concomitantemente, o governo preparava uma missão aos Estados Unidos e à Europa, com a finalidade de renegociar dívidas vincendas e angariar novos empréstimos junto a estas nações. Tudo parecia desanuviar o ambiente para a indústria. Os anseios de legitimidade de Goulart pareciam se concretizar, quando seu ministério alcançava seus objetivos de ser referendado pela indústria.

Convenhamos que a presença de homens como José Ermírio de Moraes, Santiago Dantas, Hélio de Almeida, Antonio Balbino, Teotônio Monteiro de Barros e Paulo Pinheiro Chagas no novo Ministério, é uma garantia de que os negócios públicos serão conduzidos dentro de uma linha de bom senso e equilíbrio, de respeitabilidade e de decência. [...] criou-se, assim, um clima de otimismo e der confiança que nos permitirá, Deus o queira, deslançarmos daqui por diante (BI 696, 1963, p. 4).

O otimismo empresarial era seguido, entretanto, pela desaprovação pelos setores trabalhistas das ações governamentais. O Plano Trienal foi, desde sua apresentação, combatido fortemente pelos setores “à esquerda” mais radicais. Este setor foi alcunhado por membros do governo como “esquerda negativa”, contraposta à “esquerda positiva”, composta por Santiago Dantas e Celso Furtado, dentre outros favoráveis à “aliança com a burguesia nacional”. O governo, desta forma, ao mesmo tempo em que avançava e tinha êxito em sua política de se legitimar diante da indústria, perdia terreno entre os sindicatos, sua principal e histórica base de apoio. Setores organizados dos trabalhadores, estudantes, entre outros, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) posicionaram-se frontalmente contrários ao Plano. O próprio Ministro do Trabalho Almino Afonso, considerado da esquerda do PTB, tinha dificuldades em defender o Plano Trienal (TOLEDO, 1982).

A indústria, otimista com plano, e, como forma de pressionar o governo a manter-se firme em seu rigor de cumpri-lo, apresentava um rol de colaborações que se dispunha a oferecer, conclamando os empresários a cumprir uma série de metas:

- 1° - Os reajustamentos de preços dos produtos industriais devem restringir-se à efetiva e estrita elevação dos custos, evitando-se, destarte, os efeitos danosos provenientes da desarticulação da política anti-inflacionária, resguardadas naturalmente, as empresas, das consequências nocivas da descapitalização;
- 2° - as compras, para “estocagem”, devem ser refreadas ao nível das necessidades do comprador, independentemente do seu poder aquisitivo, a fim de impedir pressões desnecessárias sobre a demanda de bens;
- 3° - acordo voluntário e urgente, entre as classes empresariais, objetivando a diminuição do número de prestações nas vendas a crédito;
- 4° - incrementar a produtividade, com a indispensável colaboração dos trabalhadores, visando à diminuição dos custos (BI 701, 1963, p. 18).

Diversos sindicatos patronais, com o das indústrias automobilísticas na vanguarda, se manifestaram de forma favorável ao plano, comprometendo-se com os itens acima arrolados. Todos os comunicados da indústria, no entanto, se apresentavam sempre, condicionados: o apoio industrial se concretizaria “desde que” o governo “desse o exemplo”.

Já em março a indústria paulista inicia ponderações acerca do excessivo arrocho no crédito ao setor privado por parte dos bancos oficiais, que somada à ampliação da exigência de depósitos compulsórios dos bancos particulares, inviabilizava a liquidez de diversas empresas, deixando outras em situação complicada. Já aparecem nas publicações da indústria referências a problemas do Plano Trienal a serem equacionados. Em reunião da diretoria da FIESP e do CIESP realizada em 18 de março de 1963, a questão da escassez de crédito é debatida. Duas semanas depois, em 8 de abril, os diretores deliberam o envio de telegrama ao Ministro Santiago Dantas, informando-lhe da situação e solicitando providências. Em 15 do mesmo mês, a diretoria apresenta a resposta de Dantas assegurando a criação de agência especial para atender as demandas de capital de giro das empresas, por meio de recursos do BNDE e do Banco do Brasil. O problema, entretanto, ainda não estava resolvido, e em 22 de abril, Raphael Noschese,

presidente das entidades, afirma ter entregado a Dantas dossiê referente ao problema de crédito.

Podemos afirmar hoje, que o rigorismo aplicado nas limitações de crédito, criou uma situação de grandes dificuldades na indústria paulista. De um modo geral, a indústria sofreu forte redução de vendas de seus produtos, e viu-se obrigada a acumular stocks (sic), cujo ônus financeiro não poderá suportar por mais tempo (BI 709, 1963, p. 17).

Ao lado do problema da escassez do crédito, outras políticas públicas, inviabilizavam, segundo a indústria, o cumprimento de suas metas de contribuição. Dentre estas, destacavam os industriais, os reajustes salariais acordados ainda em 1962 a serem concretizados em 1963, e a desvalorização cambial realizada pelo governo que tornavam mais caras as matérias-primas importadas, fatores estes ampliados pelo aumento das exigências de depósitos antecipados para importação. Ainda citavam o aumento dos custos com matérias-primas, devido aos reajustes de preços dos bens intermediários produzidos pelas empresas estatais. Por fim, outro fator que teria aumentado os custos industriais havia sido a elevação dos estoques devido à redução de aquisições do varejo, em vista da expectativa de redução dos preços geradas com o Plano Trienal (BI 715, 1963). A “falta de colaboração” dos sindicatos operários era outro fator preocupante diante da pressão que novos reajustes salariais acarretariam sobre os custos industriais, e conseqüentemente sobre os preços. O Boletim da FIESP/CIESP já começava a reproduzir o descontentamento industrial:

É preciso, portanto, que as autoridades dêem o exemplo, tomem medidas objetivas, pois do contrário, tão bons propósitos manifestados por setores vitais da produção não resistirão, dentro de algum tempo, à pressão aumentista. Um fator profundamente negativo, por exemplo, foi o acordo inter-sindical realizado com os trabalhadores metalúrgicos do Interior. O aumento foi de 70%, a partir de 1º de março de 1962, compensando-se os acréscimos já concedidos a partir daquela data base. [...] Muito mais ponderável sob a influência que terá nos preços porém, é o anunciado aumento dos produtos de Volta Redonda. [...] Se a intenção dessa empresa prevalecer, de realizar um aumento de 20 a 30% em seus produtos, adeus o plano de contenção de preços ao qual se comprometeu aderir a indústria automobilística (BI 703, 1963, p. 4).

Aliado a estas dificuldades, em meados do ano a indústria já começava a sentir os sinais do desaquecimento na economia que se demonstraria no pífio crescimento de 1% ao final do ano, e creditava tal acontecimento ao excessivo arrocho creditício do Plano Trienal.

O retorno do pessimismo aos setores industriais foi traduzido no Boletim Informativo de 17 de setembro, em seu editorial:

Quando o Congresso Nacional devolveu ao Chefe da Nação os poderes que ele reclamava, levando-se à conta do parlamentarismo o desgoverno que imperava no país, todos respiravam aliviados. Íamos ter, finalmente, um governo de verdade, disciplinado, ordenado, comandando, tomando providências, finalmente impulsionando os negócios públicos. Os meses passaram-se e para a desolação de todos, a situação não melhorou (BI 719, 1963, p. 5).

Os problemas detectados pela indústria durante os anos do parlamentarismo voltam ao seu discurso. A ausência de autoridade, os reajustes salariais e de benefícios sociais “irresponsáveis”, as greves ilegais não combatidas, as propostas de encampação e estatização de empresas, os discursos enfáticos em prol das reformas de base passam a “atormentar” a indústria e direcioná-la à oposição declarada ao governo. Um projeto legislativo, apoiado pelo governo, que propunha reajustes automáticos nos salários em decorrência de aumentos da inflação, foi o estopim para a indústria se posicionar oficialmente na trincheira oposta ao governo. A proposta, que ficou conhecida como Projeto de Salário Móvel, foi apontada pelos industriais como sendo a desistência das autoridades federais do combate à inflação. Afirmava o semanário do empresariado paulista que tal projeto governamental implicava, em seu bojo, a tomada de posição de que a inflação não mais consistia numa “enfermidade social e econômica” que se devia enfrentar e combater. Com o salário móvel, a inflação assumia para o governo, segundo a publicação, o status de fenômeno permanente, contra o qual não valia mais a pena lutar (BI

742, 1963).

O projeto acabou não seguindo em frente, mas a reconciliação entre os industriais e o governo não foi possível, e o Plano Trienal fracassou. Na visão das indústrias por falta de empenho governamental em controlar as pressões de grupos demagógicos e populistas. Na visão do governo, por falta de colaboração da indústria e dos sindicatos em aceitarem perdas imediatas em seus lucros e salários, visando à resolução do problema maior. O governo, ou ao menos parte dele, percebeu que a legitimidade que parecia haver conquistado junto à indústria quando do anúncio do Plano Trienal nunca se estendera para a defesa das chamadas reformas de base. Em síntese, a defesa das reformas em momento nenhum foi encampada pela indústria, nos termos em que eram expressas pelo governo. A aliança – empresariado (ou burguesia industrial) e trabalhadores – tal como preconizavam os adeptos da “esquerda positiva” parecia não fazer mais parte do projeto industrial, como, aliás, o desfecho do segundo governo Vargas já havia demonstrado. Desde então o projeto industrial tomava caminhos opostos ao do movimento trabalhista. E as reformas de base defendidas por Goulart, certamente não faziam parte deste “novo” projeto.

Ainda durante o período parlamentarista e, portanto, meses de forte preocupação da indústria com os rumos do país, em reunião das diretorias da FIESP/CIESP, em 13 de dezembro de 1961, seus membros apresentavam sua insegurança quanto às reformas. Afirmava, então, um dos diretores das entidades, Oswaldo Palma, que de acordo com o resultado der enquête realizada pelo jornal Correio da Manhã entre os industriais, podia-se concluir que “[...] há[via] indecisão e temor, principalmente entre os jovens industriais, em apoiar as reformas de base que, tão insistentemente, tem sido preconizadas” (BI 635, 1961, p. 160).

A defesa das reformas, algumas de conseqüências verdadeiramente revolucionárias na estrutura econômico-social do país, em meio ao contexto de incertezas do período parlamentarista, parecia mais afugentar que aglutinar os industriais. Em novembro de 1961, em editorial de seu Boletim Informativo, as classes industriais paulistas apresentavam sua sensação diante da defesa das reformas:

Comentamos o fato de estar o país todo perturbado pela incessante proclamação de que ele precisa de reformas de base, sem que, na verdade, elas surjam ou sequer pareçam que vão surgir. [...] Por isso, a ansiedade que domina todas as classes, em virtude das afirmações reiteradas de que grandes e profundas reformas devem ser feitas no Brasil, é sobretudo intensa (BI 633, 1961, p. 44).

Algumas reformas, como a bancária, que preconizava a criação de um Banco Central, entre outras medidas tendentes a reorganizar e dar maior eficiência ao sistema financeiro nacional, até eram apoiadas pela indústria. Neste caso defendiam os industriais ser a reforma justificada devido ao fato de ter a estrutura econômica evoluído a passos largos, enquanto a legislação teria ficado reconhecidamente obsoleta, não sendo capaz de atender às necessidades urgentes que o desenvolvimento econômico dela cobrava. Sem esta reforma, reconheciam os industriais, poderia se comprometer o próprio desenvolvimento econômico nacional, especialmente no que diz respeito à questão da circulação creditícia (BI 634, 1961, p. 124).

Outras, como a reforma fiscal, eram combatidas mais por seu conteúdo que por seu mérito. Neste caso específico, o que se combatia era seu viés onerador. Para a indústria, as alíquotas cobradas já eram altas. Assim, o que reduzia sobremaneira as receitas públicas seria o enorme índice de sonegação, propiciado pelo ineficiente mecanismo arrecadador do Estado. Desta forma, ao invés de ampliar as alíquotas, ou mesmo de criar novos impostos, a reforma deveria, na visão da indústria, ser administrativa, com a finalidade de fortalecer as agências de arrecadação e a fiscalização e combate à sonegação de impostos.

Há anos que se aguarda com ansiedade uma reforma tributária que se adapte ao nosso processo de desenvolvimento econômico, que o estimule mediante medidas fiscais de incentivo. Se o governo se aparelhasse devidamente, não haveria necessidade de novos aumentos, pois algumas alíquotas, sobretudo de imposto de renda, já são realmente extorsivas. Agravá-las e exigir que somente uma parte dos contribuintes pague, como até hoje, enquanto que a outra sonega, é uma injustiça que clama aos céus (BI 681, 1962, p. 588).

Se, no caso destas reformas, o apoio dos industriais era concedido, ou condicionado, no caso da reforma agrária, pedra de toque entre as reformas, a posição industrial era mais clara. Os industriais tinham uma interpretação própria da questão agrária, e em vários aspectos muito diferente da visão oficial. Os industriais e os estruturalistas do governo concordavam que a agricultura não havia acompanhado o desenvolvimento econômico do país e que, portanto, apresentava sinais de atraso que precisavam ser superados. As formas de superá-los, entretanto, eram significativamente diferentes entre as propostas de reforma oficial e a industrial.

Ninguém pode ser contra a Reforma Agrária desde que por isso se entenda a melhoria do padrão de vida do homem do campo, melhor saúde, maiores possibilidades de educação; desde que por isso se entenda melhoria da técnica de plantio e de produtividade; desde que por isso se entenda melhores transportes para os produtos agrícolas e uma rede eficiente de armazéns e silos para que se possa garantir o fornecimento na entre-safra (a perda dos produtos agrícolas por falta de armazéns e silos é calculada em cerca de 30 a 40% da produção); desde que por isso se entenda financiamento pronto e adequado para que o homem do campo não se veja na mão dos intermediários (poucos e poderosos) que são verdadeiros aproveitadores do esforço, do trabalho e do sacrifício do lavrador. Mas tudo isso não significa que se deva ser a favor de projetos que, para se aproveitar do clima emocional forjado por políticos profissionais, se intitulem de Reforma Agrária quando, na realidade, não passam de simples esquiteamento de áreas maiores em menores, sem proveito para ninguém e com prejuízo para a lavoura e a economia do país (BI 657, 1962, p. 2).

Os industriais não concordavam com a necessidade de se distribuir a terra e acabar com os grandes latifúndios que caracterizavam a propriedade rural brasileira. Para eles o que faltava ao campo era uma política de incentivos creditícios que possibilitasse ao setor rural se desenvolver e se automatizar e, assim, ampliar sua produtividade e eficiência. A simples divisão de terras não parecia aos industriais apresentar ganhos. E, sua imposição poderia acarretar em conflitos, desestabilização do campo e, portanto, mais problemas que soluções. É possível concluir facilmente que a defesa das reformas de base da forma como era feita pelo governo, especialmente da reforma agrária, afastava de si, os industriais.

Algumas reformas estruturais até eram reconhecidas pelos industriais como necessárias, mas não as que propunha o governo, que eram combatidas algumas pela forma como eram apresentadas, outras pelo próprio conteúdo. O caso da reforma agrária, como foi dito, deixa clara esta contradição.

O governo Goulart e o empresariado industrial: conclusões

Notamos através da literatura que aborda o período, bem como dos discursos do presidente Goulart, sua predisposição em legitimar-se diante da sociedade. Levantamos aqui a sugestão de que o governo buscasse na verdade legitimar-se diante do empresariado. Isto ocorreu, pois, acreditava o governo, ser necessária uma conciliação entre empresariado e operários – os setores progressistas do país – para superar o atraso e realizar as reformas necessárias para o país. Desta forma, o governo, principalmente os representantes da chamada “esquerda positiva”, procurava se afastar de ações que pudessem ser consideradas demagógicas e populistas e se mostrar empenhado, não só em conter a inflação como em manter o desenvolvimento econômico, ganhando para tanto o apoio da indústria. O que o governo demorou a perceber era que este apoio não se estenderia para seus projetos de reforma. A indústria já se encontrava em outro patamar de desenvolvimento. Se para o governo Goulart a dicotomia existente na sociedade a dividia entre progressistas e atrasados, para a indústria a divisão era outra. Claramente, a indústria situava-se no campo da defesa da livre iniciativa e da propriedade privada contra o que classificava como estatismo e “demagogia populista”. Desta forma, enquanto o governo Goulart agia no sentido de se aproximar da indústria, esta se aproximava cada vez mais das bases dos grandes proprietários de terra, que com ela dividia as fileiras da defesa da propriedade privada e da livre iniciativa, e se afastava do governo, que reunia parte dos setores que a indústria agora se propunha a combater.

A citação a seguir, publicada em seu semanário, deixa evidente quais eram os antagonistas do projeto industrial:

Feita nossa profissão de fé no regime em que vivemos, na democracia, na livre empresa, alertados os nossos homens responsáveis para o perigo da destruição dos pilares da nossa sociedade livre pelo estatismo, desejamos demonstrar como se está processando essa estatização, apoiada tanto pelos que se dizem apenas “nacionalistas”, sem se confessarem esquerdistas, como também pelos esquerdistas que se dizem nacionalistas (BI 679, 1962, p. 532).

Analisando o governo Goulart a partir de sua relação com a indústria, notamos que diferente do que sugerem alguns analistas, o mesmo não foi um governo errático e sem rumo. Foi perceptível o projeto do governo em conciliar as classes industriais e trabalhadoras em torno de seu programa reformista. Na medida, entretanto, que o governo foi deparando-se com as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade desta conciliação, ele optou em manter-se ao lado das reformas. Como para a percepção empresarial estas reformas representavam uma “afronta” à propriedade privada – principalmente no meio rural, o governo Goulart acabou por angariar, como opositores, os setores que se incumbiam de por ela zelar – os empresários.

Como ficou claro, os industriais ainda tentaram durante todo o período direcionar o governo Goulart para um caminho mais próximo aos seus interesses. A relutância do governante em abandonar seu viés estruturalista, entretanto, mostraria ao empresariado que sua única saída seria a oposição. Sem o apoio industrial, que praticamente inexistiu durante todo o seu governo, Goulart não teve como obter êxito em seu programa de controle inflacionário, que dependia fortemente, por se tratar de um pacto social, da colaboração de empresários e trabalhadores.

É contundente no discurso empresarial, que os mesmos até aceitavam conceder sua parte de contribuição para acabar com a crise, desde que o governo aceitasse seus condicionantes. Tais condicionantes claramente eram os de que Estado e os trabalhadores arcassem com a maior parcela do ônus advindo do processo de controle inflacionário. O plano de contenção de preços levado a cabo pelo governo Castello Branco, com apoio dos empresários, teria como pano de fundo exatamente este perfil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-212.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BOLETIM Informativo do CIESP/FIESP (BI). São Paulo: CIESP/FIESP, 1961-1967. Semanal.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Brasília: Imprensa Nacional, 1962.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1978.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 3. p. 587-622, jul./set. 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda. In: FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley M. Credibilidade e Populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 59, n.2, p. 215-243, abr./jun. 2005.
- FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. In: FURTADO, Celso. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 27-306. Tomo II.
- FURTADO, Celso. A Fantasia Organizada. In: FURTADO, Celso. *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 87-360. Tomo I.
- FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- GOULART, João. *Desenvolvimento e Independência*. Brasília: Gráfica IBGE, 1962.
- GOULART, João. *Desenvolvimento e Independência*. Brasília: Gráfica IBGE, 1963.
- GOULART, João. João Goulart 1962-1964. In: BRASIL. Presidente. *Mensagens Presidenciais 1947-1964*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1978. p. 361-435.
- IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2003.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política de Interesses na Industrialização Brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. Relativizando o Leviatã: empresários e política econômica no governo Jânio Quadros (jan-ago de 1961). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. [*Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*], Salvador, ANPEC, 2008. p. 1-19. CD-ROM..
- MACEDO, Roberto Brás Matos. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 51-68.
- MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld Monteiro; ARAÚJO, Victor Leonardo . Um governo sitiado: a política econômica do Governo Jango. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6., 2005, Conservatória. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7º Conferência Internacional de História de Empresas*, Rio de Janeiro: ABPHE, 2005. p. 1-30.
- MESQUITA, Mario. *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. 1992. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Pontífice Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1992.

MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto *Política Econômica e Credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. 1999. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PLANO Trienal. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, dez. 1962. Edição Especial.

RESENDE, André Lara. A política Brasileira de Estabilização 1963/68. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 3, p. 757-806, dez.1982.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SINGER, Paul. Análise Crítica do Plano Trienal. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*, 3. ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 97-126.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOCHACZEWSKY, Antônio Carlos. *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil 1952-1968*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Mais Além da Estagnação: Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 155-207.

VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de Base e a Política Nacionalista de Desenvolvimento – de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.